

Contra o Governo, marchar, marchar!

**Loureiro dos Santos, General**

«Militares têm razão para estarem descontentes»

**Lima Coelho, Presidente da Associação Nacional de Sargentos**

«Os sucessivos governos têm maltratado os seus militares»

**Vieira Matias, Almirante**

«Complementos de pensões assemelham-se a esmolas dadas a pedintes»

**REINA** a insurreição na classe militar. O descontentamento nas Forças Armadas é grande e, prova disso, são as várias manifestações recentes contra aquilo que a classe considera ser «um grave atentado por parte do Governo contra a condição militar e os direitos dos militares».

Desde o grave incumprimento da Lei no que respeita aos direitos, à degradação na área da Saúde e da Assistência passando pelas reduções dos antigos combatentes são muitas as reivindicações em cima da mesa. Aliás esta última medida do Executivo foi a gota de água, e a verdade é que 256 mil antigos combatentes da Guerra Colonial irão ver os seus complementos de pensão reduzidos.

O general Loureiro dos Santos, o almirante Vieira Matias e Lima Coelho, presidente da Associação Nacional de Sargentos (ANS) analisam a «O DIABO» os problemas que afectam os militares.

**«É grave ter-se chegado a este ponto»**

O almirante Vieira Matias diz que por princípio é contrário a manifestações de militares, «mesmo quando desligados do serviço, na rua. Têm pouca afinidade com os valores inerentes à função militar».

Contudo, refere que «a ausência pública de expressões reivindicativas não pode levar os poderes de tutela a desvalorizar a função militar, retirar direitos adquiridos aos cidadãos fardados e a descê-los na escala comparativa com outros servidores do Estado. E isso tem acontecido com vários governos».

Considera que «as maiores dificuldades resultam da ausência de manifestações de consideração prestigiastes por parte dos governos e também da opinião pública». «A grande degradação dos cuidados de saúde é disso um exemplo muito sério. O seguidismo da maioria dos média em relação ao actual Governo também não ajuda a corrigir essa lacuna», afirma.

Acrescenta que «isso também está patente na forma como tem sido desvalorizada a Defesa Nacional, que conduziu, por exemplo, na Marinha, à quase ausência de capacidade para ocupar a enorme Zona Económica Exclusiva nacional ou ao não emprego externo do excelente manancial humano do Corpo de Fuzileiros. É grave ter-se chegado a este ponto». Por tudo isso, diz que tem havido falta de vontade política para resolver os problemas que afectam a classe militar em Portugal.

Uma das grandes críticas ao Governo passa porque querer equiparar os militares aos funcionários públicos. Sobre esta situação Vieira Matias responde: «espero que não exista, porque se isso se verificasse corresponderia ao fim da Instituição Militar, enquanto organização sempre disponível para servir o interesse nacional, em qualquer momento, em qualquer lugar, sem discutir sacrifícios, incluindo o da própria vida». E recorda: «é bom lembrar que, na minha geração, quase dez mil militares morreram ao serviço da Pátria, mais de cem mil foram feridos e, mesmo depois do fim da guerra em África, pelo menos dez militares já perderam a vida em missões no estrangeiro».

Sobre a decisão do Governo em reduzir os complementos de pensão de 256 mil antigos combatentes da Guerra Colonial refere que conhece mal os contornos legais do problema, mas adianta: «pelo que leio nos órgãos de comunicação social, esses complementos assemelham-se a esmolas dadas a pedintes». «E isso não é digno para quem de si tanto deu, e falo do que sei por experiência própria. Achava mais adequado dar uma ajuda financeira significativa apenas aos claramente carenciados e prestar a todos um apoio médico e medicamentoso, incluindo psicológico e psiquiátrico, gratuito, pronto e de qualidade, sempre que necessário. Era bom que não voltasse a repetir-se o caso do grande herói da I Guerra Mundial, Soldado Milhões, que morreu na miséria», sustenta.

Questionado sobre a forma como avalia as nossas Forças Armadas em comparação com as suas congéneres europeias, Vieira Matias realça que «têm pessoas de boa qualidade técnica e humana que não desmerecem das congéneres europeias, são bem chefiadas e executam com brio e qualidade as suas missões».

Relembra, por exemplo, que as fragatas Vasco da Gama nos exercícios de avaliação a que se submetem no «Flag Officer Sea Training», em Inglaterra, e nas missões internacionais «são consideradas das melhor

operadas a nível europeu, enquanto que o pessoal dos nossos quase "pré-históricos " submarinos faz maravilhas com o material que tem».

E conclui, dizendo que «as principais lacunas derivam do baixo investimento em equipamento, ao longo de muitos anos, e poderão vir a verificar-se problemas na componente humana, se esta não for acarinhada como deve pelos governos e pela sociedade civil».

### **«Governos são os principais culpados por esta situação»**

Para o general Loureiro dos Santos os «militares têm razão para estarem descontentes porque os sucessivos governos não têm mantido os direitos consagrados na Lei de Bases da Condição Militar. Tudo isso tem sido desprezado».

«Os militares sentem-se maltratados e não são considerados como os outros servidores públicos, como é o caso dos juízes, dos professores universitários e diplomatas que, segundo a actual grelha do sistema que está em vigor, são profissões equiparadas às dos militares», lembra, acrescentando que «quando ela foi estabelecida no princípio dos anos 90 pelo então Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, foi isso que se materializou».

Contudo, salienta que «o que se tem verificado é que os militares têm ficado permanentemente numa situação mais desfavorável relativamente às outras profissões equiparadas de tal modo que, neste momento, ganham metade dos juízes no sitio da carreira correspondente». E defende que «é de uma injustiça tal que os militares não podem entender, têm poderes e obrigações que ninguém mais tem e riscos que profissão alguma comporta».

Loureiro dos Santos realça que a Lei de Bases da Condição Militar estipula que os militares, pela sua profissão, têm de ter um apoio de Saúde e à família, «para manter, em primeiro lugar, o seu grau de prontidão e para manter o seu estado moral». Critica, por isso, o Governo que acusa de «há três anos, quando fez reformas na Saúde, ter começado a diminuir os apoios aos militares».

Sublinha ainda que «há diferenças abissais entre as nossas Forças Armadas e as forças europeias».

«Desde há uns anos a esta parte tem-se observado nos vários países europeus qualidade na formação dos militares, com aumentos de compensações morais e materiais. Só em Portugal é que é diferente», considera, adiantando que «os governos são os principais culpados por esta situação».

### **Redução de pensões a antigos combatentes «tem laivos de escândalos»**

António Lima Coelho, presidente da Associação Nacional de Sargentos

### **O DIABO — Como avalia a recente manifestação dos militares contra aquilo que dizem ser as injustiças cometidas pelo Governo?**

**LIMA COELHO** — A manifestação do passado dia 18 de Outubro, Pela Dignificação da Família Militar, que contou com a participação de milhares de militares e seus familiares (segundo a imprensa, cerca de quatro mil) foi uma impressionante demonstração da indignação que grassa na família militar relativamente às políticas que o Governo tem vindo a implementar no âmbito da saúde, assistência na doença e condições sociais dos homens e mulheres que servem Portugal nas Forças Armadas.

### **Por que dificuldades passam actualmente as Forças Armadas?**

As Forças Armadas vivem um dos piores momentos que a memória de décadas nos faz lembrar. Sendo verdade que os portugueses e Portugal, e o mundo, vivem uma grave crise financeira, à qual nós militares nunca regateamos esforços no sentido de participar e contribuir para a sua resolução, esta não é, nem pode ser suficiente para justificar o incumprimento de mais de 40 diplomas legislativos, por parte de diferentes órgãos de soberania, incumprimentos esses que originam uma dívida crescente que já há muito ultrapassou os mil milhões de euros. O sistemático e reiterado incumprimento por parte do Governo, com a conivência dos restantes órgãos de soberania colocam em causa o Estado de Direito e abalam os alicerces da democracia em Portugal. Acresce ao que se disse, o mais violento ataque aos direitos dos militares de que há memória, pondo em causa a coesão social das Forças Armadas, que só o elevado sentido profissional e espírito de missão dos seus elementos tem permitido o cumprimento das missões que lhe estão atribuídas com excelência, como tem sido reconhecido até no plano internacional. O melhor de qualquer organização, e as Forças Armadas não são excepção, é a sua componente humana, e este governo não tem sabido nem querido cuidar responsabilmente desta massa valorosa.

## **Uma das grandes críticas ao Governo passa por se querer equiparar os militares aos funcionários públicos. Como comenta esta intenção?**

Se me permite deixe-me que lhe diga que não se trata de uma crítica mas antes de uma constatação. Constatação que consideramos infeliz e injusta, já que os militares estão subordinados a um conjunto de deveres e restrições sem paralelo nos outros servidores e agentes da Administração Pública. Os militares são os únicos portugueses que juram perante a Bandeira Nacional defender a Pátria, cumprir e fazer cumprir as Leis da República e guardar a CRP mesmo com o sacrifício da própria vida. E fazemo-lo com toda a honra e orgulho.

Por tudo isto achamo-nos com direito ao reconhecimento.

## **Como comenta a decisão do Governo em reduzir os complementos de pensão de 256 mil antigos combatentes da Guerra Colonial? É justo?**

O reconhecimento devido a estes portugueses, por parte do Estado, demorou uma eternidade. Para muitos foi mesmo uma eternidade na verdadeira acepção da palavra, pois o reconhecimento devido não chegou em tempo útil. Para aqueles a quem o reconhecimento apesar de tardio chegou, parece que num repente se instalou um sentimento de arrependimento pela justiça feita a esta generosa geração que participou na guerra. Não se trata de uma injustiça, tem antes todos os laivos de escândalo!

### **«Injusto e frustrante»**

## **Há quem diga que os ex-combatentes têm sido esquecidos pelo poder político. Esta ideia é verdadeira?**

Infelizmente os factos comprovam-no. Não basta tecer louvores em discursos de circunstância ou em cerimónias, e depois na vida prática do dia-a-dia esquecer este universo de portugueses. Muitas vezes, e infelizmente já tenho assistido a alguns, estes discursos raíam a hipocrisia. Os sucessivos governos têm maltratado os seus militares da forma como temos denunciado. Se o fazem àqueles que ainda estão na efectividade de serviço, mais facilmente o fazem a quem já não tem serventia operacional. É injusto e frustrante para quem deu de si o melhor por Portugal!

## **Como avalia hoje as nossas Forças Armadas em comparação com as congéneres europeias?**

Para além de Presidente da Direcção da ANS, sou também membro da Direcção (Board Member) da EUROMIL, a Organização Europeia de Associações Militares, que congrega trinta e cinco associações e sindicatos de vinte e quatro países. Esta organização prima pela defesa dos direitos fundamentais dos militares e seus dependentes desde 1972. Estou bastante a vontade para falar de comparações entre realidades europeias. Começando pelas Directivas e Recomendações que nos espaços europeus os nossos governantes assinam, como se de verdadeiros democratas se tratasse, e que depois se «esquecem» de transpor para a realidade nacional! Temo que o espaço não seja suficiente... Não basta tecer elogios ao excelente, repito, excelente desempenho das nossas tropas nos diversos cenários internacionais para os quais têm sido chamadas a cumprir o seu dever, contribuindo para uma boa imagem do Governo português, e depois, em casa, tratá-las como pátrias, como responsáveis pelo descalabro das contas públicas, etc. A massa que no exterior desempenha tão bem a sua missão é a mesma massa que internamente, vinte e quatro horas por dia, trezentos e sessenta e cinco dias por ano assegura a defesa nacional e, de acordo com a CRP, se constitui como o pilar fundamental e mais importante da salvaguarda da soberania nacional. Melhor defenderá os direitos humanos, o direito à democracia e o direito à liberdade quem saiba por experiência vivida o que esses direitos são! Os homens e mulheres que servem nas Forças Armadas estão dispostos a dar vida para que quem nos governa continue a usufruir da democracia. A mesma democracia que a nós é negada por incumprimento das Leis, por parte de quem nos governa. As mesmas Leis que nos exigem que cumpramos e façamos cumprir! Se não fosse tão trágico seria irónico, se não mesmo cómico!